

**EDUCAÇÃO INFANTIL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: A LEI 10.639/03 E SEUS
DESAFIOS
ODS 4 E 10**

Érika Santos (Universidade de Taubaté/UNITAU)

Francisco Estefogo (Universidade de Taubaté/UNITAU)

Suzana Lopes Salgado Ribeiro (Universidade de Taubaté/UNITAU)

Introdução

A Lei nº 10.639/03 constitui um marco histórico ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. Essa conquista atende a uma demanda antiga dos movimentos sociais negros, que reivindicavam o reconhecimento do papel fundamental da população negra na construção do Brasil. Apesar da importância da lei, sua concretização ainda encontra obstáculos, sobretudo na Educação Infantil. Nessa fase, decisiva para a construção da identidade e da visão de mundo da criança, a operacionalização da referida legislação mostra-se um desafio.

Diante desse contexto, o presente estudo se propõe a analisar, com base em revisões de literatura relacionadas à temática escravagista e a prática pedagógicas infantis, os principais debates, dificuldades e caminhos para a consolidação da Lei nº 10.639/03 na Educação Infantil. O objetivo deste trabalho é identificar e discutir os desafios e possibilidades para a operacionalização da Lei nº 10.639/03 na Educação Infantil, com ênfase na formação docente, na representatividade multicultural e na contribuição para a elaboração de políticas públicas que promovam práticas pedagógicas antirracistas desde a primeira infância. A investigação enfatiza a necessidade de processos formativos docentes, a importância da representatividade atinente à multiculturalidade, bem como à elaboração de políticas que fomentem a valorização da diversidade cultural no ambiente escolar, particularmente, no que diz respeito aos meandros do ensino infantil.

Revisão da literatura

Estudos indicam que a consolidação da Lei nº 10.639/03 permanece fragmentada e superficial. Uma investigação do Instituto Alana e Geledés (2023) constatou que 71% das Secretarias Municipais de Educação desenvolvem poucas ou nenhuma ação efetiva sobre a temática, frequentemente restritas ao Dia da Consciência Negra. A pesquisa

revela, ainda, que a inserção da temática é menor na creche (58%) do que na pré-escola (68%) e no Ensino Fundamental (86%).

Ademais, segundo Munanga (2005), a falta de ações estruturais revela o racismo velado, perpetuado pelo silêncio escolar. No mais, Cavalleiro (2001; 2024) corrobora essa visão, ao demonstrar como a internalização precoce de representações racistas pela criança torna a escola um espaço crucial para desconstruí-las. A negligência com o tema na Educação Infantil compromete, assim, a formação identitária e reforça desigualdades.

Na contramão, a formação docente é apontada como elemento central. Gomes (2017) defende que a lei depende de um compromisso ético-pedagógico que supere o mero cumprimento legal, ecoando a concepção de Freire (1996) da educação como ato político que exige posicionamento crítico.

Pesquisas recentes (Cardoso; Dias, 2021) ampliam essa discussão ao identificarem a branquitude como referência estrutural que obstrui mudanças. Enquanto Lima (2022) e Sousa (2023) destacam a carência de formação continuada e materiais culturalmente relevantes, Naranjos (2024) evidencia que formações dialógicas docentes favorecem práticas contextualizadas. Além disso, Soto-Riva (2024) ressalta a necessidade de políticas municipais mais pontuais e estruturadas para ações formativas permanentes.

A literatura converge ao afirmar que a operacionalização da lei exige a decolonização dos currículos e práticas pedagógicas voltadas à equidade racial, na linha do que propõe Gomes (2012, p. 100), ou seja, uma mudança nas representações e uma contestação dos lugares de poder estabelecidos.

Método

Este estudo fundamenta-se no terreno da metodologia bibliográfica qualitativa (Lüdke; André, 1986; Bogdan; Biklen, 1994; Minayo, 1994) que, ao privilegiar a interpretação e a compreensão de sentidos aos fenômenos estudados, permite situar a investigação em um campo teórico consolidado e, ao mesmo tempo, aberto a novos aportes. A adoção desse percurso metodológico justifica-se pela possibilidade de mapear, de forma sistemática e crítica, os avanços, lacunas e contradições presentes na literatura sobre a Lei 10.639/03 e seus desdobramentos na Educação Infantil.

Esta proposta igualmente dialoga com referências fundamentais para o debate racial na educação brasileira, como Munanga (2005), Cavalleiro (2001, 2024), Gomes (2012, 2017), Bento (2002), Almeida (2019) e Ribeiro (2019). Esses estudos contribuem para compreender como o racismo estrutural se materializa no cotidiano escolar, como as desigualdades se reproduzem a partir da branquitude e quais são os caminhos possíveis para a construção de práticas pedagógicas antirracistas. A articulação entre literatura recente e clássica fortalece a análise e possibilita que a pesquisa avance na identificação dos principais desafios enfrentados por docentes da Educação Infantil diante da efetivação da Lei 10.639/03.

Resultados ou Resultados Esperados

Com base no levantamento realizado, espera-se contribuir para a compreensão dos principais desafios relacionados à consolidação da Lei nº 10.639/03 na Educação Infantil. Entre eles, hipoteticamente destacam-se a insuficiência da formação docente, a falta de recursos pedagógicos consoantes à literatura atravessada pela diversidade cultural, tal e qual a ausência de políticas institucionais consistentes.

Ao mesmo tempo, a literatura aponta possibilidades de avanços no enfrentamento do racismo escolar. Destaca-se a valorização da literatura negro-brasileira como recurso para afirmação identitária e ampliação do repertório cultural das crianças (Munanga, 2005; Gomes, 2017). Ressalta-se ainda a necessidade de propostas formativas críticas docentes, promotoras de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial (Cavalleiro, 2001; Gomes, 2012). Soma-se a isso a elaboração de materiais pedagógicos que ampliem a representatividade e rompam com currículos monoculturais (Freire, 1996; hooks, 1995). Espera-se que os resultados desta pesquisa potencializem o debate acadêmico e social sobre a urgência de consolidar práticas antirracistas no cotidiano escolar, especialmente desde a primeira infância.

Conclusões ou Considerações finais

A literatura aponta que, embora a Lei nº 10.639/03 represente um marco para a educação brasileira, sua consolidação ainda enfrenta resistências institucionais,

fragilidades na formação docente e ausência de políticas permanentes (Instituto Alana, 2023; Cardoso; Dias, 2021; Soto-Riva, 2024). Autores como Cavalleiro (2005, 2024) e Gomes (2017) ressaltam que a falta de preparo pedagógico compromete práticas antirracistas, enquanto Munanga (2005) e Almeida (2019) explicam tais entraves como expressão do racismo estrutural. Na Educação Infantil, fase decisiva para a formação identitária, esses desafios exigem redobrada atenção, pois, como destaca Cavalleiro (2001), as crianças internalizam desde cedo representações raciais que podem reproduzir desigualdades.

Conclui-se que a efetivação da lei depende não apenas da inclusão formal de conteúdos, mas de transformações estruturais no currículo e nas práticas pedagógicas, com vistas ao fomento do direito das crianças à educação democrática, plural e antirracista.

Referências

- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Revisão de António Branco Vasco. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- CARDOSO, Cíntia; DIAS, Lucimar Rosa. Reflexões sobre os entraves à implementação da Lei Federal 10.639/03 no contexto da educação infantil. **Revista Educação e Pesquisa**, Curitiba, v. 47, n. 3, p. 1-20, 2021.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Educação infantil e relações étnico-raciais: desafios atuais**. São Paulo: Cortez, 2024.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GELEDÉS Instituto da Mulher Negra; INSTITUTO ALANA. **Lei 10.639/03 na prática: experiências de seis municípios no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Instituto Alana, 2023. Disponível em: <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/04/lei-10639-pesquisa.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais: reflexões e perspectivas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- LIMA, Fernanda Alencar. **Educação Infantil e relações étnico-raciais: desafios e possibilidades de práticas pedagógicas antirracistas**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.

- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U, 1986. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- NARANJOS, Angélica Gimenes. **Educação antirracista em uma escola de educação infantil no município de Serrinha–BA: possibilidades formativas e pedagógicas na elaboração de um caderno metodológico**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2024.
- OPENAI. Resposta gerada a partir do comando “**Verificação de correções de ortografia, coesão e coerência de texto acadêmico**”. ChatGPT, versão de setembro/2025. Inteligência Artificial.
- SILVA SOUSA, Ilana. **A educação para as relações étnico-raciais na educação infantil: um estudo sobre práticas pedagógicas na creche da Unidade de Educação Básica Monsenhor Frederico Chaves**. 2023. 254 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Ensino da Educação Básica) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica/CCSO, São Luís, 2023.
- SOTO-RIVA, Thalita. **Ecossistema do silêncio quebrado: um estudo sobre os efeitos da aplicação da Lei 10.639/03 em uma Escola Municipal de Educação Infantil de São Paulo**. 2024. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.